

continua >>>

Composição por vencimento:
Vencimentos, Emprést. e antecipação, Financiamentos, Outros créditos, Total 2022, Total 2021

Operações de crédito em 2022
Nível, Emprést. e antecipações, Financiamentos, Outros créditos, Total, % PECLD

Operações de crédito em 2021
Nível, Emprést. e antecipações, Financiamentos, Outros créditos, Total, % PECLD

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os créditos renegociados totalizaram R\$ 134.780 (R\$ 117.172 em 2021)...

e. Movimentação da perda estimada em créditos de liquidação duvidosa:

Saldo inicial, Constit./reversão de perdas esperadas, Créditos baixados contra prejuízo

f. Concentração das operações de crédito:
Dez maiores devedores, Cinquenta maiores devedores seguintes

g. Créditos tributários: A Financeira adota o procedimento de reconhecer créditos tributários de imposto de renda e de contribuição social sobre diferenças temporárias.

Itens base do diferimento
Perdas estimadas em créditos de liq. duvidosa, Provisão para passivos contingentes

b. Apuração:
Diferenças temporárias
Saldo de perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa e provisões passivas não dedutíveis p/ fins de I.R. e contribuição social:

Imposto de renda diferido
Contribuição social sobre o lucro líquido diferido
Circulante
Realizável a longo prazo

c. Movimentação:
Saldo inicial crédito tributário diferido
Imposto de renda
Contribuição social
Saldo final crédito tributário diferido

d. Realização: Os créditos tributários são registrados por seus valores nominais e serão revertidos, conforme suas exclusões no cálculo do resultado tributável em períodos futuros...

Período de realização
0 a 12 meses
13 a 24 meses

e. Valor presente: Conforme requerido pela Resolução n° 4.842 de 30/7/2020, o valor presente dos créditos tributários, calculado considerando a taxa de captação de 9,24% a.a....

Outros créditos:
Impostos e contribuições a compensar (1)
Devedores diversos - País (3)
Despesas antecipadas (2)
Devedores por depósitos em garantia
Adiantamentos e antecipações salariais
Valores a receber de sociedades ligadas (Nota 18.a)
Adiantamentos por conta de imobilizado/intangível

(1) Referem-se aos saldos a compensar de imposto de renda e contribuição social, sendo que, do total a compensar, R\$ 4.329 refere-se a créditos apurados sobre o benefício fiscal da Lei do Bem...

Ativo Permanente: a. Composição do ativo permanente:
Imobilizado
Intangível

b. Movimentação do ativo permanente:

2021, 2022, Taxa anual, Saldo Liq., Adições, Baixas aquisic., Baixa deprec., Trans. ferên., Depre. ciaç., Saldo Liq.

(1) Os valores a receber da Quero Quero Verdecard referem-se à prestação de serviços para FIDC.

(2) As captações, através de recursos de aceites cambiais, são remuneradas a taxas que variam de 105% a 140% do CDI em 2022 e 2021.

(3) Despesas administrativas a pagar, referem-se às obrigações pelos serviços prestados na administração de cadastro, cobrança, utilização de sistemas informatizados...

(4) Referem-se a recursos liberados a clientes, decorrentes de operações de crédito, realizadas no último dia do exercício...

g. Depósitos a prazo: Os depósitos a prazo referem-se a CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e RDBs (Recibos de Depósitos Bancários) que foram captadas a taxas que variam de 102% a 139% do Depósito Interfinanceiro (DI)...

Vencimentos, CDB, RDB, Total, 2022, 2021, CDB, RDB, Total

10. Recusos de aceites cambiais e emissão de títulos: Referem-se às Letras Financeiras, sem liquidez e remuneração básica de 140% do CDI...

Vencimentos, Letras (1) Letras financ., cambiais, Total, 2022, 2021, Letras (1) Letras financ., cambiais, Total

11. Passivos contingentes: a. Composição das provisões: A Financeira constitui provisão contábil para os processos judiciais com probabilidade de perda classificada como provisão conforme apresentado abaixo:

Natureza, 2022, 2021, Circulante, Exigível em longo prazo

Em 31 de dezembro de 2022, a Financeira apresenta R\$ 5.479 (R\$ 3.858 em 2021) em processos judiciais com probabilidade de perda classificada como possível...

Movimentação do período
Natureza, 2021 atualização mon., Reversão, Pagamento, 2022

Movimentação do período
Natureza, 2020 atualização mon., Reversão, Pagamento, 2021

12. Outras obrigações:
Valores a pagar a sociedades ligadas (1)
Credores diversos - País (2)
Provisão para pagamentos a efetuar (3)

13. Partes Relacionadas: Os principais saldos de ativos e passivos, bem como as transações que influenciaram o resultado, relativas a operações de captações...

2022, Ativo, Passivo, Resultado, Serviços FIDC, Captações, Profit, Repasses, Comissões, Rec. Seguro, Rec. Serv. Fidc, Despesas administrativas, Despesas Financeiras

2021, Ativo, Passivo, Resultado, Serviços FIDC, Captações, Profit, Repasses, Comissões, Rec. Seguro, Rec. Serv. Fidc, Despesas administrativas, Despesas Financeiras

(1) Não existem benefícios de longo prazo, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

(2) Não existem empréstimos ou adiantamentos para: (i) diretores e membros do Conselho, bem como aos respectivos cônjuges e parentes até o segundo grau;

(3) Risco de crédito: Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas ao não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados...

(4) Gerenciamento de Riscos: A Via Certa estabeleceu uma estrutura de gerenciamento de riscos, de acordo com as exigências da resolução n° 4.557/17 do CMN...

(5) Risco de liquidez: Define-se como a possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras...

14. Patrimônio líquido: Capital social O capital social da Financeira, subscrito e integralizado, é de R\$ 33.288 (R\$ 33.288 em 2021)...

Lucro do período, Reserva legal (5%), Dividendos

15. Imposto de renda e contribuição social:
Lucro antes do IR e da contribuição social
Diferenças das adições e das excl. no cálculo dos tributos

16. Outras despesas administrativas:
Despesas de serviços de terceiros (1)
Despesas com processamento de dados
Outras despesas

17. Despesas tributárias:
Contribuição p/ Finan. Seguridade Social (COFINS)
Programa de Integração Social (PIS)
Imposto Sobre Serviços (ISS)

(1) Em 31 de dezembro de 2022, do montante da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 51.304 (R\$ 51.850 em 2021) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas...

(2) Receita de prestação de serviços:
Receita de serviços prioritários (1)
Receita com comissões sobre vendas de seguros (2)

(1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito...

(3) Despesas administrativas:
Despesas de serviços de terceiros (1)
Despesas com processamento de dados

(1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito...

(2) Receita referente operações de seguro prestamista de operações de crédito.

(1) Contribuição p/ Finan. Seguridade Social (COFINS)
Programa de Integração Social (PIS)
Imposto Sobre Serviços (ISS)

(1) Em 31 de dezembro de 2022, do montante da conta de despesas de serviço de terceiros, R\$ 51.304 (R\$ 51.850 em 2021) referem-se a custos de transações realizadas com partes relacionadas...

(2) Receita referente operações de seguro prestamista de operações de crédito.

(3) Despesas administrativas:
Despesas de serviços de terceiros (1)
Despesas com processamento de dados

(1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito...

(2) Receita referente operações de seguro prestamista de operações de crédito.

(3) Despesas administrativas:
Despesas de serviços de terceiros (1)
Despesas com processamento de dados

(1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito...

(2) Receita referente operações de seguro prestamista de operações de crédito.

(3) Despesas administrativas:
Despesas de serviços de terceiros (1)
Despesas com processamento de dados

(1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito...

(2) Receita referente operações de seguro prestamista de operações de crédito.

(3) Despesas administrativas:
Despesas de serviços de terceiros (1)
Despesas com processamento de dados

(1) Refere-se, basicamente, as tarifas sobre serviços de confecção de cadastro e sobre saques através cartão de crédito...

continuação >>>

exigibilidade de curto prazo; percentual de renovações de aplicações; nível de resgates de aplicações; nível de concentração na captação; grau de acerto das projeções (fluxo de caixa projetado x realizado); e testes de estresse. A Via Certa se propõe a operar com baixo nível de risco de liquidez, implementando uma política de manutenção de disponibilidade de recursos de alta liquidez, capaz de cobrir as necessidades de recursos projetadas com folga confortável. c. **Risco de mercado:** Define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes das flutuações nos valores de mercado de instrumentos financeiros detidos pela instituição, decorrentes de variações de taxas de juros, preços de ações, variação cambial e preços de mercadorias (*commodities*). O gerenciamento do risco de mercado trata-se de um conjunto de sistemas e procedimentos por meio dos quais a instituição avalia e controla os principais determinantes, incluindo o descaimento entre ativos e passivos, em relação a prazos, taxas, indexadores e moedas. A Financeira utiliza a abordagem de resultado de intermediação financeira, onde busca avaliar o possível impacto de alterações nas taxas de juros sobre o resultado da intermediação financeira da carteira bancária. O nível de risco de mercado pode ser especificado por limites tais como valores máximos de posições; perda máxima admitida; descasamentos e limites de estresse. O grau de aderência aos limites constitui indicador para efeito de monitoramento do risco. A Via Certa não mantém, nem tem por estratégia manter, operações nos mercados de câmbio, commodities ou de capitais. No que se refere a possíveis perdas oriundas de variações da taxa de juros, a estratégia de proteção utilizada pela Instituição é praticar em suas operações de crédito um spread capaz de absorver os efeitos de possíveis elevações de curto e médio prazos. Nestas circunstâncias, o nível de exposição ao risco de mercado é considerado médio baixo. d. **Risco operacional:** Define-se como a possibilidade da ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela Instituição, bem como as sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela Instituição. A gestão do risco operacional trata-se de um conjunto de procedimentos, processos e sistemas voltados ao acompanhamento da execução das atividades da instituição, incluindo-se nessas atividades a contratação de serviços de terceiros e correspondentes. A partir da avaliação dos riscos operações e das falhas identificadas nos controles internos, são construídos indicadores para monitoramento do desempenho das diversas atividades realizadas na Instituição, com base nos quais poderão ser aperfeiçoados os processos com vistas à minimização das possibilidades de falhas. A instituição tem por política investir no aperfeiçoamento de seus processos, produtos e serviços, buscando dotar sua estrutura física e de recursos humanos de todos os requisitos para um desempenho de alto nível. Assim, a instituição propõe-se a operar com nível médio baixo de risco operacional.

21. Gerenciamento de Capital: O gerenciamento de capital da Financeira está estruturado de acordo na resolução nº 4.557/17 e possui como objetivo principal estimar as necessidades futuras de capital regulamentar, com base nas projeções de crescimento da entidade, de suas exposições aos riscos, de movimentos de mercado e de outras informações relevantes. Além disso, a estrutura de gerenciamento de capital é responsável pela identificação das fontes de capital, pela redação e submissão do plano de capital para aprovação, bem como pelo acompanhamento do atual nível dos índices de capital regulatório. A gestão do capital é realizada com base na relação do Patrimônio de Referência (Situação) e do Patrimônio de Referência Exigido (mínimo). De acordo com sua estratégia, a Financeira implementou uma estrutura de gerenciamento de capital com o objetivo de manter um nível de capital superior aos requisitos regulamentares mínimos. A Financeira observa as orientações da resolução nº 4.955 do CMN para a apuração do Patrimônio de Referência, que consiste no somatório do Nível 1 e Nível 2, onde o Nível 1 é composto de Capital Principal e do Capital Complementar. O Capital Principal é composto de capital principal, reservas e lucros acumulados, menos deduções e ajustes prudenciais. O Capital Complementar e o capital de Nível 2 consistem em instrumentos de dívida subordinada com datas de vencimento definidas e que atendem aos requisitos de elegibilidade, estabelecidos nos art. 6º e 7º da referida norma, respectivamente. De acordo a resolução nº 4.958 do CMN, a entidade calcula os requerimentos mínimos de Patrimônio de Referência (PR), de Nível 1 e de Capital Principal e sobre o Adicional de Capital Principal (ACP). Para calcular os requerimentos mínimos de capital, a Financeira apura o montante total dos Ativos Ponderados por Risco (RWA) através da soma das parcelas dos Ativos Ponderados por Risco de Crédito (RWAcpad), de Mercado (RWAmpad) e operacional (RWAopad), ambos apurados por metodologias padronizadas. a. **Resumo do demonstrativo de limites operacionais - DLO:**

Conta	Descrição	2022	2021
	Patrimônio de referência		
100	Patrimônio de referência - PR	46.662	31.231
110	Patrimônio de referência nível I - PRN1	30.452	31.231
111	Capital principal - CP	30.452	31.231
112	Capital complementar - CC	0	0
120	Patrimônio de referência nível II - PRN2	16.210	0
	Ativos ponderados pelo risco - RWA		
700	RWA para risco crédito por abordagem padronizada - RWAcpad	275.899	232.556
870	RWA para risco operacional por abordagem padronizada - RWAopad	14.663	13.727
900	Total dos ativos ponderados por risco	290.523	246.283
	Requerimento mínimo de capital		
890	Capital para cobrir o risco de crédito, na taxa de juros (IRRBB apurado pelo Delta Nil)	7.025	2.232
910	PR mínimo reqe. para o RWA (8% sobre conta 900)	23.243	19.703
911	PR mínimo reqe. para o RWA (6º p/ risco de varia. na taxa de juros (Conta 890 + 910)	30.268	21.934
920	PRN1 mínimo reqe. para o RWA (6% sobre conta 900)	17.432	14.777
930	CP mínimo reqe. para o RWA (4,5% sobre conta 900)	13.074	11.083
931	CP reqe. para manut. de instr. elegíveis ao cap. complet. (5,125% sobre conta 900)	14.890	12.622
932	CP reqe. para manut. de instr. elegíveis ao nível II (4,5% sobre conta 900)	13.074	11.083
940	Adicional de capital principal mínimo requerido para o RWA (2,5% sobre conta 900)	7.263	6.157
	Margem ou insuficiência de capital		
950	Margem sobre patrim. de referência requerido (conta 100 - 910)	23.420	11.528
951	Margem sobre patrim. de referência nível 1 requerido (conta 110 - 920)	13.020	16.454
952	Margem sobre o capital principal requerido (conta 110 - 930)	17.378	20.148
953	Margem sobre o PR consider. IRRBB e adic. de capital (conta 100 - 890 - 910 - 940)	9.131	3.139
	Detalhamento do cálculo de Apuração do Limite de Imobilização		
150	Limite para imobilização (50% da conta 100)	23.331	15.615
160	Valor da situação para o limite de imobilização (Saldo do ativo permanente)	8.825	8.914
960	Valor da margem ou insuficiência para o limite de imobilização (M/I)	14.506	6.701

Índices

Índice de baseileia - IB = (conta 100 / 900).....	16,06%	12,68%
Índice de baseileia amplo - IBA = (conta 100 / 890 + 900).....	15,68%	12,57%
Índice de Nível I - IN1 = (conta 110 / 900).....	10,48%	12,68%
Índice de capital principal - ICP = (conta 111 / 900).....	10,48%	12,68%

22. Eventos Subsequentes: Em 13 de fevereiro de 2023, a Financeira efetuou o pagamento de R\$ 950 mil a título de dividendos.

Wiliam Hammerschmitt - Presidente; **Moacir Carlos Engelmann** - Diretor de Operações;
Fábio Von Groll - Diretor Administrativo e Financeiro; **Ademir Rogério Diel** - Diretor de Negócios;
Adelar José Diel - Contador CRC/RS 062617.

Relatório dos Auditores Independentes Sobre as Demonstrações Financeiras

Aos Acionistas e Administradores da Via Certa Financiadora S.A. - Crédito, Financiamento e Investimentos, Santo Cristo - RS. **Opinião** Examinamos as demonstrações financeiras da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos ("Financeira"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Via Certa Financiadora S.A. Crédito, Financiamento e Investimentos em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Financeira, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Financeira é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Financeira continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Financeira ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Financeira. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Financeira. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Financeira a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Porto Alegre, 30 de março de 2023.

KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/F-7

Jonas Moreira Salles
Contador CRC SP-295315/O-4

